

**ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior. Antes, gostaria de registrar a ausência do deputado Junior Mochi, por estar cumprindo agenda no município de Nova Andradina/MS, conforme CI 031/2026 - 14/04/2026.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, deputadas, público presente! Bom dia àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. "*Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Oito da Vigésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 18 e 117/2026, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 5.717/2026, do Ministério da Igualdade Racial; Ofício nº 40.024/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; E-mail da Caixa Econômica Federal; E-mail Transferegov; Ofício nº 701/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Cartas nºs 25 e 26/2026, da Motiva Pantanal; Carta nº 377/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Junior Mochi, Zeca do PT, Antonio Vaz, Mara Caseiro, João Henrique, Professor Rinaldo, Caravina, Lidio Lopes e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Jamilson Name, Lia Nogueira e Lucas de Lima. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foi aprovado em discussão única e votação nominal o Projeto de Resolução nº 2/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foram aprovadas em primeira discussão e votação nominal as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 22/2026, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Lei nº 15/2026, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Renato Câmara, em razão à Proposta de Emenda à Constituição nº 383/2017, em tramitação no Congresso Nacional, bem como o seu envio à bancada federal de Mato Grosso do Sul, solicitando empenho na sua aprovação; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Renato Câmara, em razão à Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021, em tramitação no Congresso Nacional, bem como o seu envio*

à bancada federal de Mato Grosso do Sul, solicitando empenho na sua aprovação, em definitivo; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Associação das Mulheres de Carreira Jurídica – Comissão Mato Grosso do Sul, em nome de sua presidente, Luiza Cristina Herradon, pela realização da solenidade de posse de sua diretoria, para a gestão 2026–2029, a ser realizada no dia 14 de abril de 2026; requerimentos de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçadas, respectivamente, aos seguintes prefeitos e secretários de Educação municipais: Leocir Paulo Montagna Edivaldo Siqueira de Abreu, de São Gabriel do Oeste; Lucas Centenaro Foroni e José Sérgio Rodrigues de Souza, de Rio Brilhante; Maycol Henrique Queiroz Andrade e Rosângela Sueli Bruno de Oliveira, de Paranaíba; Fábio Santos Florença e Anildo Balbuena, do município de Miranda; doutor Cassiano Rojas Maia e a senhora Ângela Maria de Brito, de Três Lagoas; Rogério de Souza Torquetti e Gleber de Souza, de Tacuru; Maria Clarice Ewerling e Josevam Lopes do Nascimento, de Sonora; Jaime Soares Ferreira e Elisana Vieira Nogueira, de Selvíria — pela conquista da categoria Ouro no Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização 2025 do Ministério da Educação. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Embrapa Gado de Corte, representada pela diretora-executiva, a senhora Mariana de Aragão Pereira, à Embrapa Agropecuária Oeste, representada pelo chefe-geral, o senhor Harley Nonato de Oliveira, e à Embrapa Pantanal, representada pela chefe-geral, a senhora Suzana Maria de Salis, em reconhecimento à relevante contribuição dessas instituições para o desenvolvimento científico, tecnológico e sustentável do agronegócio do Estado de Mato Grosso do Sul, no mês em que a Embrapa nacional completa 53 anos de criação; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Grêmio Pedro Rufino, do município de Bela Vista, pela celebração de seus 65 anos de fundação, marco histórico de grande relevância para a comunidade bela-vistense; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao pesquisador Anderson de Souza Santos pela defesa do trabalho acadêmico intitulado 'O Massacre Contra os Povos Guarani e Kaiowá: a retomada de suas territorialidades no Estado de Mato Grosso do Sul', realizada em 06 de abril, sob a orientação da professora doutora Ana Maria Motta Ribeiro; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara e Caravina.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatorze de abril do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem a queira impugnar, dou-a por aprovada. Com a palavra, primeiro-secretário, para a leitura do Expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas. Não há expediente a ser lido, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Armindo dos Santos, de Coxim, lá da colônia dos pescadores... que pintado lá, hein! Caprichado. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Coronel David... Deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, colegas parlamentares. Trago duas indicações nesta manhã. A primeira é direcionada ao

governador Eduardo Riedel, com cópias ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, e ao senhor Leopoldo Godoy do Espírito, diretor de Engenharia e Meio Ambiente, solicitando que seja providenciado o abastecimento e a canalização de água no bairro Santa Felicidade, no município de Dourados. A proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Weverton Mahias, o qual alega que atualmente os canos d'água no bairro estão expostos, com frequentes vazamentos que tornam as ruas intransitáveis. Além disso, continua, a água acumulada representa risco à saúde pública, contribuindo para a proliferação de doenças. Entendemos, acrescenta, que a manutenção e a melhoria da infraestrutura urbana são fundamentais para a qualidade de vida da população. Sendo assim, conclui, solicitamos que sejam realizadas obras de substituição e reparo das atuais redes de encanamento. Outra indicação, também ao governador, com cópias ao senhor Ricardo Perez Botelho, diretor-presidente da Energisa, solicitando uma solução para a falta de energia elétrica em Iguatemi, que atinge principalmente sua zona rural, bem como o reestabelecimento de um posto de atendimento no município. A proposta em questão atende a uma solicitação que nos foi encaminhada através do Ofício nº 343/SC/2025, da lavra do vereador Gildo Benites Rodrigues. Atualmente, continua, o município de Iguatemi vem sofrendo com um serviço inadequado de energia elétrica, principalmente sua zona rural, o que repercute negativamente na qualidade de vida da população e no comércio local. Faz-se ainda necessário, conclui, o restabelecimento do posto de atendimento local da concessionária, devido à sua importância no suporte aos consumidores, na resolução de dúvidas e na solução de problemas concernentes à transmissão e à distribuição de energia na região. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar um requerimento de informações ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Artur Henrique Leite Falsete, solicitando informações sobre o convênio firmado entre o Governo e a Fiems [Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul], no valor de sete milhões de reais, especialmente quanto aos seguintes pontos: 1) qual o objeto, detalhado, do convênio; 2) qual a justificativa técnica e econômica do convênio, com a demonstração do interesse público envolvido que justifica a transferência dos recursos; 3) qual a fundamentação legal e administrativa que embasou a celebração; 4) qual a origem dos recursos utilizados e a forma de liberação dos valores; e 5) a entidade conveniada poderá contratar terceiros com os recursos? Se sim, quais critérios serão utilizados para a seleção de fornecedores?... Deputado Zeca, causa estranheza, agora, às vésperas de uma eleição, o Governo repassar sete milhões de reais para uma entidade privada, sendo que o Estado está numa situação financeira bastante complicada, pensando para honrar seus compromissos. Passa sete milhões para uma entidade sem que o cidadão saiba qual é o objeto desse convênio, desse contrato, o que se pretende com isso, se há nisso interesse público. O Poder Legislativo, entre cujas atribuições está a de fiscalizar, acompanhar a execução orçamentária, precisa saber de

onde vai sair esse dinheiro, com que finalidade, se é interesse de Mato Grosso do Sul, que benefícios vai nos trazer esse convênio com a Fiems. Também, senhor presidente, quero apresentar uma indicação ao senhor Hélio Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando que seja analisada a possibilidade de cessão das salas de aula da Escola Estadual Coronel Juvêncio, localizada no município de Jardim, para o uso delas pela UEMS/unidade de Jardim. Esta solicitação atende a uma reivindicação que nos foi apresentada pelo gerente da unidade UEMS de Jardim, o senhor Hudson Lolli Ghetti, considerando a necessidade de mais espaço físico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da instituição. Por último, senhor presidente, apresento uma moção de apoio e de solidariedade ao papa Leão XIV, diante dos ataques e declarações desrespeitosas recentemente proferidas pelo presidente dos Estados Unidos, que atingem não apenas a pessoa do Santo Padre, mas também a missão espiritual e humanitária que ele exerce à frente da Igreja Católica. Em seu pontificado, o papa Leão XIV tem-se destacado pela defesa incansável da dignidade humana, pela promoção da paz entre os povos, pelo diálogo entre as nações e pela firme denúncia das injustiças sociais que afetam milhões de pessoas em todo o mundo. Sua voz tem sido um chamado constante à fraternidade, à solidariedade e ao respeito mútuo entre culturas, religiões e governos. Ataques dirigidos ao líder espiritual de mais de um bilhão de católicos no mundo ferem não apenas a sua pessoa, mas também os valores universais do respeito, da convivência democrática e do diálogo civilizado entre as nações. Em tempos marcados por tensões e conflitos, é fundamental que líderes políticos hajam com responsabilidade, prudência e respeito às instituições religiosas e à liberdade de fé. Manifestamos, portanto, nossa irrestrita solidariedade ao papa Leão XIV, reconhecendo sua autoridade moral e sua importante contribuição para a construção de uma cultura de paz, justiça e fraternidade entre os povos. Reafirmamos nosso apoio à sua missão pastoral e ao testemunho profético da Igreja na defesa dos pobres, dos migrantes, dos povos vulneráveis e de todos aqueles que têm sua dignidade ameaçada. Que prevaleça sempre o respeito, o diálogo e a busca pela paz entre as nações e seus líderes... É um absurdo que esse ditador dos Estados Unidos, que quer ser o imperador do mundo, ache-se no direito de interferir nas nações, depor presidentes, matar, assassinar líderes de nações (como fez lá no Irã, como fez na Venezuela); ache-se no direito de anexar territórios aos Estados Unidos (ameaçou Cuba recentemente); é um absurdo que uma pessoa dessas, que promove guerra — guerra com a finalidade de manter a sua hegemonia no mundo, o controle do petróleo — dirija-se ao Santo Padre dessa forma. Hoje está aí travando essa guerra insana, que está causando problemas na economia do mundo, inclusive ao Brasil (hoje tivemos uma prévia da inflação aqui e o cenário que se desenha não é bom). Então esse senhor vai e ataca até o papa, querendo que o papa apoie as suas ações bélicas, genocidas, na sua sanha de provocar o ódio entre as nações. É claro que a missão do Papa é pregar a paz, pregar o entendimento, o diálogo. Apresentamos, portanto, essa moção de apoio ao papa Leão XIV, que vai ser encaminhada ao Vaticano, à Nunciatura Apostólica no Brasil e à Arquidiocese de Campo Grande. Obrigado, presidente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Pela ordem!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Eu gostaria de assinar também a moção do deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Também gostaria de assinar essa manifestação de apoio a Sua Santidade. E queria também registrar, deputado Pedro Kemp, que não vi nenhuma manifestação dos bolsonaristas! Está aqui na imprensa mundial, presidente: ontem cem padres da Igreja Católica foram presos, nos Estados Unidos, porque protestavam contra a deportação de imigrantes. Cem padres da Igreja Católica presos! Está na mídia internacional — e nenhuma manifestação deles, como se estivesse tudo bem. Imagine se isso acontecesse em Cuba, acontecesse aqui, ou no México? Seria um desastre. Mais uma coisinha: segundo informação que eu tive ontem, o Verruck assinou esse convênio com a Fiems um dia após o prazo fatal do seu afastamento, ou seja, não estava mais oficialmente no cargo, mas mesmo assim assinou o convênio...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gravíssimo, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ato ilegal, e que lhe pode barrar a candidatura, se ele insistir nessa candidatura fracassada. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, público presente. Cumprimento os amigos vereadores que estão aqui, o Máximo, amigo de longa data. Tenho duas indicações. A primeira é para o Ministro da Saúde, solicitando a ampliação do financiamento federal destinado à contratação de agentes de combate às endemias. Eu tenho acompanhado de perto esse problema lá em Dourados, onde recrudescer a cada dia uma epidemia de chikungunya. A situação requer a mobilização de todos os esforços possíveis; tivemos já várias reuniões, inclusive aqui na secretaria da Saúde, com os agentes de saúde de Dourados, o Governo Federal mandou a Guarda Nacional para lá, prometeu enviar vacinas também; mas vejo, apesar desse esforço todo, que precisamos de uma cobertura de atendimento maior. Dourados tem um déficit na cobertura de agentes de saúde, e nós precisamos do apoio do Governo Federal para que se amplie isso aí, mesmo que de forma temporária. Estão sendo contratados alguns agentes de saúde, mas precisamos de mais para fazer frente (num esforço conjunto entre União, Estado e Município) a essa epidemia que está fora de

controle. Indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a realização de estudo técnico para a pavimentação da pista do Aeroporto Aeroclube de Aquidauana, de dimensões aproximadas de 1.100 por 40 metros. Esse pedido nos foi encaminhado pelo vereador Sargento Cruz, através do Ofício nº 007/2026, que, atendendo a várias reclamações, solicita que se faça essa pavimentação, medida muito necessária para o desenvolvimento do município. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Senhor presidente, apresento uma indicação a ser encaminhada ao governador e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando os serviços da Operação Tapa-Buraco para a manutenção do trecho da MS-376 que corta o município de Anaurilândia. Era isso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente e a quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. Eu trago aqui hoje, presidente, um requerimento. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Murilo Jorge Vaz Silva, prefeito do município de Pedro Gomes, solicitando que sejam respondidos os seguintes questionamentos: 1) o recurso de R\$ 150 mil, proveniente de emenda impositiva destinada pela senadora Tereza Cristina, já foi disponibilizado ao município? Em caso positivo, qual a destinação prevista para a verba? 2) Há previsão para a aquisição de veículo adaptado destinado ao transporte de crianças e adolescentes com TEA com os recursos da referida emenda? Em caso afirmativo, qual o cronograma estimado para a compra do veículo e para a sua efetiva disponibilização à população? A presente indicação decorre de informações encaminhadas ao nosso gabinete, segundo as quais o veículo a ser adquirido por intermédio dessa emenda da senadora teria como finalidade o transporte de crianças e adolescentes com TEA, no âmbito do município de Pedro Gomes, medida essencial para assegurar o acesso dessas pessoas a atendimentos especializados (terapêuticos, educacionais, entre outros serviços fundamentais), considerando as barreiras cotidianamente enfrentadas por essas famílias. Eu, como mãe atípica, faço questão de levantar essa bandeira aqui na Assembleia. Faço também uma indicação, presidente, esta outra relativa a uma situação bastante grave que não pode ficar alheia a este Parlamento. A saúde de Dourados desde ontem está em colapso, com todos os seus hospitais públicos e privados lotados; não há um leito sequer de UTI disponível. Estamos então solicitando ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Saúde Maurício Simões Corrêa, e ao prefeito Marçal Filho que unam esforços e adotem medidas urgentes para enfrentar o colapso do sistema público de saúde de Dourados, especialmente no que tange à disponibilização de vagas no recém-

inaugurado Hospital Regional, priorizando-se pacientes do próprio município, como forma de desafogar a rede local. Essa indicação se restringe a uma unidade específica, mas se trata de um cenário grave, generalizado, trata-se do colapso do sistema de saúde de Dourados. Ontem, em nota, a direção do Hospital da Vida — que é portas abertas, uma referência para Dourados e mais trinta e poucos municípios da região — informou que não vai receber mais nenhum paciente. Ou seja, de um hospital "portas abertas" passa-se agora para um hospital "portas fechadas". O HU também está colapsado; na cardiologia do Hospital Evangélico, que tem um convênio com o Município de Dourados, também não há vagas; a única UPA de Dourados (que tem 260 mil habitantes) tampouco tem vaga, os seus dez leitos de retaguarda, que estão no Hospital da Sias, em Fátima do Sul, também estão ocupados. A situação é gravíssima, agorinha nos veio a notícia de paciente infartando no setor verde da UPA, paciente que deveria estar numa UTI, só que não há vaga na UTI. Por isso estamos solicitando que se observe, digamos assim, essa prioridade no Hospital Regional, que já está, presidente, atendendo às emergências. Embora pensado para aquela região, o Hospital Regional precisa observar a regulação do Core [Complexo Regulador Estadual] e, nessa condição, precisa muitas vezes atender municípios de outras regiões. O que queremos, portanto, é que se restabeleça essa prioridade, porque o hospital não está conseguindo acudir às emergências que batem à sua porta. Agora, convenhamos, deputado Coronel David, que esta é uma tragédia anunciada, há anos que está problemática a rede pública de Dourados, as administrações se sucedem e nenhuma jamais pensou na rede como um todo, nunca se cogitou a sua ampliação, sem falar da cota de responsabilidade do próprio Estado. Não queremos mais divulgar casos de óbito por falta de vagas. A macrorregião de Dourados pede socorro! Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Muito bom dia, presidente, caros colegas, bom dia aos que nos acompanham. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilidade da destinação de duas viaturas para a Polícia Militar do município de Antônio João. Trata-se de uma solicitação do vereador Binho do Salão, o qual relata o aumento dos índices de criminalidade no município e a necessidade do reforço da estrutura de segurança pública local. Quando, por exemplo, ocorre uma prisão, a Polícia Militar necessita realizar o deslocamento do detido até o município de Ponta Porã, deixando o município de Antônio João desguarnecido, vulnerável à ocorrência de novos incidentes. Ademais, considerando a grande extensão de terras indígenas na região, sempre que há aí uma ocorrência, uma equipe policial se desloca para lá, deixando desassistida a área urbana. Diante desse cenário, a destinação de duas viaturas para a Polícia Militar de Antônio João é necessária e urgente. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente, nobres pares, àqueles que nos acompanham. Tenho aqui uma moção de congratulação endereçada aos policiais militares soldado Daniel Bruner Delmontes (que comandou a equipe), soldado Alexandre Jonas Mendes da Silva e soldado Daiane de Barros Jara, integrantes do 10º Batalhão da Polícia Militar, em Campo Grande, por sua atuação rápida, eficiente e extremamente profissional numa ocorrência de elevada gravidade, que resultou na prisão do autor de uma violenta agressão contra a esposa. Mais uma tentativa de feminicídio aqui na capital, senhor presidente, que foi devidamente contida pela ação imediata de policiais militares. Tenho também uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, solicitando providências urgentes no sentido de promover a recuperação da MS-340, no trecho que passa pelo município de Bandeirantes. Trata-se de um pedido do meu amigo presidente do Sindicato Rural de Bandeirantes, Zuzinho Banac. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e a quem nos acompanha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, com cópia ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agetran, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de um quebra-molas na avenida Pôr do Sol, próximo ao Mirandas Gás, nesta Capital. É isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00950/2026, 00949/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: uma indicação (Prot. nº 00933/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00929/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 0932/2026); uma moção de aplauso (Prot. nº 0930/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: nove indicações (Prot. nºs 00935/2026, 0936/2026, 0937/2026, 00952/2026, 0953/2026, 00954/2026, 00956/2026, 0955/2026, 00941/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00938/2026, 00940/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00939/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de resolução (Prot. nº 00942/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00961/2026); um requerimento (Prot. nº 00958/2026); uma moção de apoio (Prot. nº 00960/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nºs 00951/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas moções de congratulação (Prot. nºs 0931/2026, 00934/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00957/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00948/2026, 00946/2026, 00945/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00944/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00947/2026).).

Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Caros colegas, atendendo aos apelos do presidente e do deputado Paulo Duarte, eu gostaria de fazer aqui um registro importante. Estou falando da sanção feita ontem pelo presidente Lula do novo Plano Nacional de Educação, que terá a validade de dez anos. Em vista disso, ontem, entidades ligadas ao setor educacional no Brasil declararam considerar que o novo PNE representa um avanço para o país. Para essas entidades, o documento aprovado reafirma a educação como prioridade nacional e renova a ambição de um futuro melhor para o setor. No entanto, ponderam, a implementação de qualidade será determinante para transformar as metas em aprendizagem de fato e também para reduzir as desigualdades observadas no setor educacional do país. É preciso que o poder público coordene, Estados e Municípios, para que haja um esforço conjunto para que se alcancem as metas estabelecidas no novo Plano Nacional de Educação. Não basta uma lei perfeita, avançada, é preciso também um esforço para tornar prioridade a busca desses objetivos. O novo PNE consolida a educação profissional e tecnológica como eixo estratégico, lembrando que o Ensino Médio está também voltado para a educação profissionalizante, além dos institutos federais, que foram instituídos, diga-se de passagem, nos governos do Partido dos Trabalhadores. Só aqui em Mato Grosso do Sul são dez institutos federais, alguns em funcionamento há alguns anos, outros já começando a operar, como, por exemplo, o de Amambai. Eu estive lá, é um grande avanço, porque o Instituto Federal oferece um ensino profissionalizante de qualidade, prepara, qualifica de fato esse jovem para o ingresso no mundo do trabalho. O PNE estabelece ainda metas para a erradicação do analfabetismo no Brasil, para que se avance no processo de alfabetização das crianças já no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental; estabelece metas no âmbito das políticas de diversidade, de forma que a educação seja inclusiva e de qualidade para todos, não a educação elitista dos séculos anteriores. Pois hoje, senhores, a educação felizmente começa a contemplar todas as pessoas, porque todas têm esse direito. O PNE que estava em vigor havia sido prorrogado, foi assim porque o Congresso Nacional demorou muito para analisar, votar o novo projeto. Fosse como fosse, felizmente houve uma mobilização muito grande da sociedade civil, de profissionais da educação de todo o Brasil, de entidades sindicais, e o novo projeto foi enriquecido com as contribuições desses segmentos, e aí o Congresso Nacional, depois de muito debate, de muita discussão, finalmente aprovou o texto; e ontem, data memorável, o presidente Lula assinou a nova lei do Plano Nacional de Educação — que entra em vigor e vai vigorar por dez anos. É verdade que já tivemos avanços nos últimos planos, mas este agora se apresenta como um objetivo a ser alcançado pelo conjunto da sociedade, num somatório de esforços de governos, sociedade civil, de todos aqueles que têm interesse numa educação de qualidade. País nenhum se desenvolve sem investir pesado em educação; nesse sentido, um dos nossos objetivos é reduzir o déficit de vagas na educação infantil, que ainda é grande, principalmente para crianças de zero a três anos. Nós sabemos que a educação começa é lá, na educação infantil; o Ensino Fundamental, este já foi praticamente universalizado, o que não quer dizer que não tenha problemas: precisamos, por exemplo, melhorar a infraestrutura das escolas, precisamos

inserir tecnologia na sala de aula, na formação dos alunos. Portanto é importante continuar avançando nas melhorias das unidades escolares, para que os alunos tenham uma formação de qualidade. Mas precisamos avançar na educação infantil! No Ensino Médio, o grande desafio é investir na qualidade e na permanência dos alunos, porque a evasão ainda existe, e muito. O governo do presidente Lula lançou o Pé de Meia, que é uma contribuição importante, na medida em que o programa incentiva os alunos do Ensino Médio a permanecer na escola, procura evitar que a abandonem para ir atrás de outras atividades, inclusive no mercado de trabalho. Hoje o Pé de Meia está em franca expansão, o programa garante aos alunos a possibilidade de ir construindo uma poupança que pode chegar a nove mil reais no final da sua formação. O PNE prevê ainda metas para a Educação Especial, a educação inclusiva, para o ensino profissional, para a Educação de Jovens e Adultos, para a educação de quem vive no campo, a chamada Educação do Campo, para a educação quilombola, para a educação indígena... De maneira que são vários itens que são tratados e contemplados por esse plano, numa tentativa de abarcar toda a realidade educacional do Brasil, dos primeiros anos ao ensino superior, inclusive a pós-graduação. Só assim, só perseguindo as metas desse plano, é que lograremos avançar na educação brasileira, só assim é que vamos construir uma educação de qualidade e voltada para o atendimento de todos, sem exceção de ninguém. Era este o registro que eu queria fazer, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte deputados presentes: há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Ivan, de Figueirão, que está em festa neste final de semana; dos vereadores Diego Ricardy, Lorival Netode e Máximo Carlos Guimarães, de Batayporã; da senhora Islene Magalhães, presidente do Asilo São João Bosco (que teve emenda paga no dia de ontem); da vereadora Rosineide Aparecida dos Santos, do município de Bonito; e da vereador Sália Regina, de Naviraí. Passo a presidência para o deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Convido o segundo-secretário para que componha a mesa comigo. Os itens 1 e 2 foram retirados de pauta pelos autores. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 249/2025. Autor: deputado Pedro Kemp. "Dispõe sobre a substituição do pictograma atual de sinalização indicativa representando a pessoa idosa e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, para discutir o projeto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Para discutir, tem a palavra o autor, deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de cinco minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu apresentei esse projeto a pedido de entidades, de pessoas que militam na área dos direitos da pessoa idosa. Parece um projeto simples, mas ele tem um significado importante. No pictograma que hoje representa a pessoa idosa, em placas de estacionamento, de supermercados e de outros locais, aparece uma pessoa encurvada portando uma bengala. Ocorre que esse pictograma deixa transparecer a ideia de que a pessoa idosa é inválida, que ela está doente, incapacitada, é uma imagem que não está de acordo com o conceito que o idoso tem de si mesmo, não está de acordo com aquilo que os que militam pelos direitos da pessoa idosa desejam passar para a sociedade. Inclusive hoje as pessoas estão vivendo mais, a idade média da população está aumentando cada vez mais; graça aos avanços da medicina, da ciência, hoje as pessoas idosas estão chegando a uma idade avançada com muita qualidade de vida, ativas, participativas na sociedade. Então, a ideia é justamente mudar esse pictograma, endireitar a imagem, deixar a pessoa ereta, colocando ao lado dela o símbolo "60+", a ideia é pintar a pessoa idosa de uma forma positiva, e contamos com o apoio dos colegas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Enquanto votam, aproveito para mandar um abraço para a Sara Castelão, da querida Naviraí. Bem-vinda à nossa Casa, Sara.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Também queria cumprimentar a nossa vereadora Sara Castelão, de Naviraí, visitando a nossa Assembleia, atuante vereadora, sempre mandando pedidos para cá. Obrigado pela presença, Sara.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto os colegas terminam de votar, gostaria de fazer um registro aqui em nome da nossa bancada, já que nenhum componente da bancada governista falou a respeito. O registro que faço é de reconhecimento, senão de gratidão, ao presidente Lula, pelo seu comportamento absolutamente republicano, indiferente às críticas e às acusações que tem recebido do governador Riedel e da sua patota. Ontem, o presidente Lula recebeu, como estadista que é, o governador do estado e sua comitiva lá no Palácio do Planalto, assinando como avalista um empréstimo de um bilhão de reais (aproximadamente duzentos milhões de dólares), que com certeza salva a

lavoura nesse resto de governo. Ninguém desconhece a situação crítica, para não dizer falimentar, que vive Mato Grosso do Sul no atual momento, de modo que esse recurso, que eu torço para que venha logo, vai insuflar um pouco de oxigênio no governo, vai dar para o Riedel investir em infraestrutura, o que é fundamental para o desenvolvimento do estado. Portanto, como vice-líder da bancada do PT, eu me permito, com a generosidade do companheiro Kemp, fazer esse registro, do sentimento de gratidão e de apreço de Mato Grosso do Sul pelo comportamento democrático e republicano do companheiro presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Obrigado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Antes de lhe conceder a palavra, deputado Hashioka, eu gostaria de responder ao ilustre amigo e ex-governador Zeca. Primeiro que, para fazer um empréstimo, isto em qualquer lugar, você tem de demonstrar que tem retaguarda para isso — e nós temos essa capacidade, senão não saía o empréstimo. Segundo, que não se trata de ser ou não ser honroso o aval do presidente da República, porque não é ao governador que ele dá o aval, o aval é a Mato Grosso do Sul, porque o estado, como disse, tem essa capacidade de endividamento. Então, eu acho que está um pouquinho invertida a conversa, e eu me permito discordar de Vossa Excelência neste momento — e mais, essa nossa capacidade de endividamento é conflitante com o tal estado falimentar que menciona Vossa Excelência: o Estado está pagando as contas em dia, inclusive os salários (no primeiro dia útil do mês)...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu gostaria só de fazer uma ponderação à fala, que eu respeito, de Vossa Excelência (não é debate). Eu vou cobrar do banco Bradesco, que não quis me dar empréstimo. Eu tenho lá no sítio 50 bezerros, que eu consegui segurar, não quero vender, fui ao banco: — "Me arruma um empréstimo para eu passar essa seca de final de ano." — "Só se o senhor arrumar um avalista." — "Mas eu tenho cinquenta bezerros..." — "Mas tem que ter avalista..." Ou seja, só a capacidade de pagamento não resolve, então, se o Lula se recusasse a avalizar, a coisa não saía. Portanto, respeito a ponderação de Vossa Excelência, mas fico com a minha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Eu entendo que a coisa é institucional, entendo que o presidente da República tem a obrigação avalizar transações dessa natureza, desde que reste provada a capacidade de endividamento, e isso vale para qualquer estado, de maneira que o Lula, estadista que é, não faz mais que a obrigação.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Quem avaliza não é o presidente da República, é o Tesouro Nacional, e é o povo sul-mato-grossense que paga. De modo que, como diz o deputado Paulo Corrêa, não é favor nenhum, ainda mais se o Estado tem condições de pagar (e tem). Está de parabéns o governador, porquanto esses recursos serão aplicados em 730 quilômetros de rodovia, principalmente no Vale do Ivinhema, beneficiando todos os municípios da região, porta de entrada e saída do Centro-Oeste, principalmente Nova Andradina, um tronco rodoviário de BRs e MS. Ademais, esse valor será aplicado também num programa semelhante ao Crema [Contratos de Recuperação e Manutenção por Desempenho] do Dnit, destinado à restauração e à conservação de rodovias, que aqui se chamará "Rodar MS" — ou seja, teremos rodovias em melhores condições de tráfego, com adequação de capacidade e com boa manutenção. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu concordo com Vossa Excelência... Nós temos de olhar a situação pelo seguinte prisma: o dinheiro não é do Governo do Estado, o dinheiro não é da prefeitura, o dinheiro não é da União, o dinheiro é do contribuinte. E tem razão Vossa Excelência: não fez mais que a obrigação o presidente Lula, ao agir de forma institucional, até porque é Mato Grosso do Sul que vai bancar esse empréstimo ao longo do tempo. Mas eu não tiro de todo a razão do deputado Zeca do PT, porque o PT se acha dono do dinheiro, muitos confundem o dinheiro público com o particular, não é à toa que o PT figura sempre nos escândalos de desvio de dinheiro. Somente isso, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Senhor presidente, eu só quero parabenizar o governador Eduardo Riedel, e, pelas mesmas razões, parabenizo também a prefeita Adriane Lopes; dois gestores que organizaram a casa, que souberam se credenciar para obter esse empréstimo: apresentaram um plano junto à STN [Secretaria do Tesouro Nacional] e legitimamente obtiveram a liberação. Obviamente que uma operação dessas precisa do aval do STN, só que o STN é órgão de Estado e, portanto, o Governo não pode se furtar a dar o empréstimo. O problema é que vivemos um momento muito ruim, de politicagem... Qual foi o governo, qual foi o prefeito que não contraiu empréstimo para

incrementar sua infraestrutura, para trazer melhorias para o seu município?! Todos buscam melhorias, todos buscam fazer asfalto, todo mundo quer melhorar a infraestrutura. O governador Eduardo Riedel está buscando isso para fazer asfalto, a prefeita Adriane conseguiu R\$ 540 milhões, mas há vereador na Câmara que vota contra, com aquele discurso de que isso vai endividar o município... Nós temos de deixar pra lá a politicagem e pensar no bem do estado; se o estado consegue o recurso e tem condições de pagar a conta, quem ganha é o cidadão, que precisa dessas melhorias. É o que eu tinha de falar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu fico estupefato ouvindo os deputados da base do governo tentando minimizar o magnânimo gesto do presidente Lula. Sabe por quê, deputado Zeca? Porque no governo Bolsonaro, o ex-governador [do Piauí] Wellington Dias, do PT, também queria contrair um empréstimo que precisava do aval do presidente, e ele não deu; o governador Wellington Dias teve de entrar na justiça para conseguir finalizar o contrato. Então não é pouca coisa. O presidente Lula, como dissemos aqui, agiu de forma republicana! Porque ele pensa no interesse público, no interesse do povo de Mato Grosso do Sul. Ninguém aqui está criticando o empréstimo, o governador tem condições de contrair o empréstimo? Tem! Então faz. Agora, o comportamento do presidente Lula foi muito diferente do comportamento do ex-presidente, que, só por se tratar de um governador do PT, não queria avalizar o empréstimo. É isto minha gente, o presidente Lula não olha para partido, para ideologia, para quem fala mal dele: ele avaliza o empréstimo porque entende que é importante para o estado. É bom que fique claro.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00249/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Aprovado. Vai à segunda discussão... Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Senhor presidente, eu vou dar uma de Maguila, do finado Maguila, lembra?...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Lembro.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — ...que mandava abraço para todo mundo. É isso. Parabéns para todo mundo. Porque, na verdade, o que interessa é que as coisas aconteçam. Confesso que cansei dessa polarização. Mas eu quero fazer um relato... Quando o ex-governador Zeca saneou as finanças do Estado (e isso sempre tem de ser reconhecido), a situação era similar. Na época, era uma briga danada entre PT e PSDB (nada comparado a essa loucura de hoje), até que um dia o então governador Zeca (o deputado Paulo Corrêa deve lembrar, que era da base do governo) resolveu deixar um marco importante, quando conseguiu se entender com um presidente adversário, obtendo do Governo Federal o aval para o financiamento da ponte sobre o rio Paraguai. A ponte hoje está lá, retirou a região do seu isolamento geográfico, ou seja, ganhou todo mundo. Aquele que não fez empréstimo, que atire a primeira pedra. Todo mundo faz. Todo mundo fez.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Antes de lhe conceder a palavra, vou responder ao deputado Paulo Duarte. Houve uma cooptação do Zeca do PT pelo Fernando Henrique, por causa da pena do caburé. Foi ou não foi?...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Protesto! Eu estava lá...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Estava.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Na verdade, o Fernando Henrique, que é um baluarte do PSDB, se apaixonou pela pena de caburé do Zeca; então, quem foi cooptado foi o Fernando Henrique. E desde aquele dia acabou o ódio, dali em diante foi só amor entre Fernando Henrique e Zeca do PT... Estive com ele dia 27 de dezembro de 2002, uma cena que nunca esqueço, eu era secretário: Zeca e eu no Alvorada tomando chá com Fernando Henrique, um chá inglês, que nunca tinha tomado na vida... O Zeca lembra.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — É a pena de caburé!

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Eu me permito também recordar que, a partir daquele momento da pena do caburé, deputado Paulo Duarte, Fernando Henrique autorizou o Zeca a lhe chamar simplesmente de "Fernando".

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Foi por causa desse chá da tarde que Paulo Duarte veio para o PSDB.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, só para encerrar o capítulo do saudosismo. Está todo mundo de parabéns, está tudo certo, só que a população está

preocupada, o que a população quer saber é quando vem o dinheiro, quando que vão começar as melhorias nas rodovias, em especial no nosso querido Vale do Ivinhema: o mais importante de tudo é que o dinheiro chegue. Só isso.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Perfeitamente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Gostaria pedir vista do Requerimento nº 634/2026, de autoria do deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PL) — Não precisa pedir vista, já foi retirado de pauta a pedido do autor, deputado. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 01 requerimento, 24 indicações, 01 moção de repúdio e 01 moção de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Severino Moraes de Santana. Apresentada pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Marie José Michele Louvet. Apresentada pelos deputados Paulo Corrêa, Mara Caseiro (que sai em nome da Casa) em razão do falecimento do senhor Noli Mário Rubin Aléssio. Apresentada pelo deputado Jamilson Name, em razão do falecimento da senhora Marina Oshiro Bordon. Apresentada pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Cezar Glauco dos Santos Braga. Apresentada pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do primeiro-sargento PM Cleovaldo Borges da Conceição. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (11h03min).